

EFEITOS DAS COMPRAS PÚBLICAS NA RENDA DE AGRICULTORES FAMILIARES NO BRASIL: ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Lilian de Pellegrini Elias

Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* lilian.p.elias@ufsc.br.

João Pedro Simões Magro

Doutorando no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp).

E-mail: jpsmagro@gmail.com.

Juliane da Silva Ciríaco

Pesquisadora bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail:* juliane.ciriaco@ipea.gov.br.

Sandro Pereira Silva

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* sandro.pereira@ipea.gov.br.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3072-port>

Este estudo avalia os dois principais programas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar no Brasil – o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir de um enfoque específico: sua finalidade de fortalecimento da atividade econômica de agricultores familiares no território nacional. O objetivo proposto foi o de analisar o impacto desses programas sobre a renda dos agricultores que conseguem se inserir como fornecedores nos mercados de compras públicas.

Para tanto, realizou-se o cruzamento das bases de compras executadas em cada um dos programas com os registros administrativos da Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O fato de serem bases identificadas possibilitou empregar diversas técnicas estatísticas quase-experimentais de avaliação, como o *propensity score matching* (PSM), o *mahalanobis distance matching* (MDM) e, de forma destacada, o *classification tree analysis*

(CTA). Essas técnicas ajudam a reduzir vieses e a criar grupos comparáveis, permitindo assim a realização de análises mais precisas sobre os efeitos de intervenções ou programas em estudos observacionais. Com isso, acredita-se que a capacidade de segmentação propiciada por essa estratégia metodológica seja fundamental para a compreensão das relações mais sutis do impacto de ambos os programas sobre a renda do agricultor participante, oferecendo uma análise mais robusta de seus efeitos, inclusive na detecção da diferença de resultados entre eles.

Os resultados obtidos permitem concluir que os programas analisados exercem efeitos positivos na renda média dos agricultores familiares no Brasil. De forma complementar, ficou identificado que esses efeitos são mais significativos na parcela dos agricultores de menor renda, o que corrobora estudos anteriores e reforça a importância estratégica dos programas, uma vez que os agricultores de maior renda já dispõem

usualmente de outros canais para a comercialização de seus produtos.

Nesse sentido, além de contribuir tanto para a segurança alimentar e nutricional de grupos populacionais vulneráveis por meio da distribuição de alimentos a equipamentos da rede socioassistencial, no caso do PAA, quanto para a manutenção de crianças e adolescentes nas escolas da rede pública de educação básica, no caso do PNAE, o instrumento das compras públicas pelo qual ambos são operacionalizados também demonstra impactos econômicos positivos, ao influenciar na renda média dos agricultores que fornecem diretamente (ou por meio de suas organizações coletivas) esses produtos alimentícios.

Ao se comparar a magnitude dos parâmetros estimados, a comercialização de alimentos por meio do PNAE gerou efeito médio maior sobre a renda dos ofertantes em comparação com o PAA. Este pode ser um indício de que o agricultor fornecedor do PAA seria, na média, menos sensível aos efeitos na renda em função da sua menor capacidade de ofertar itens com maior valor agregado e acessar políticas públicas complementares, algo a ser investigado em outras pesquisas.

Outro fator relevante observado é a escolaridade como condicionante ao acesso aos programas, evidenciado por meio da análise de razões de chance geradas pelo modelo *logit*. Também foram identificadas diferenças regionais, em que os agricultores familiares do Sul e do Sudeste, com maior capacidade organizacional e produtiva, demonstram mais chances de participação no PNAE. Os agricultores da região Norte, por sua vez, têm mais chance de participação no PAA, justamente aqueles que o programa busca priorizar. Tais diferenças regionais refletem tanto a heterogeneidade normativa que caracteriza as diretrizes das duas modalidades de compras públicas quanto as próprias características socioeconômicas dos agricultores familiares elegíveis de cada região.

A identificação dessas diferenças de efeitos das modalidades de compras públicas sobre a geração de renda em estabelecimentos da agricultura familiar é uma das novidades apresentadas neste estudo, complementada pela diferença na magnitude dos parâmetros entre as variáveis sociais e regionais estimadas no modelo. Esses fatores são importantes para os processos de tomada de decisão governamental sobre a disponibilidade de recursos e a distribuição territorial de sua execução, a considerar os objetivos e as prioridades previstas para cada uma das políticas.